

Fundeb: mais dinheiro, mais qualidade?

Uma implicação aritmética dessa vinculação será a contínua elevação dos salários dos professores, independentemente da melhoria do aprendizado

Por Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli

23/07/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

A crise econômica desencadeada pela covid-19 tem mobilizado a sociedade para a urgência de se reduzir a imensa desigualdade social. Mas é preciso que boas ideias não sejam usadas para justificar e ampliar antigas distorções que, há quatro décadas, mantêm o país estagnado.

Em oportuno artigo sobre a proposta de emenda constitucional destinada a renovar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), publicado neste jornal no dia 10/7/2020, Claudia Safatle ilustrou competentemente como uma boa ideia é capturada por grupos de interesse organizados, no intuito de extrair renda para seus membros. Dentre as várias medidas elencadas no artigo, a PEC cria despesas calculadas em R\$ 413 bilhões em dez anos, e reserva 70% dos recursos para pagamento de salários. A PEC também impede que as futuras despesas com aposentadorias, criadas automaticamente pelo aumento de gastos salariais com servidores ativos, sejam incluídas nesses 70%.

Haverá contínua elevação de salários dos professores, com ou sem a melhoria do aprendizado

Uma implicação aritmética dessa vinculação será a contínua elevação dos salários dos professores, independentemente da melhoria do aprendizado. Isto porque, enquanto o montante de recursos acompanhará o crescimento do PIB, a queda da taxa de natalidade reduzirá gradativamente o número de salas de aula. Com mais

dinheiro e menos professores, o cumprimento da vinculação de 70% dos recursos se fará por crescimento dos salários. E também das aposentadorias, pois estas estão vinculadas à remuneração dos servidores ativos. Como a reforma da previdência manteve, no caso de professores do ensino básico, a aposentadoria cinco anos mais cedo, a despesa com inativos do setor tende a superar o gasto com ativos.

Há anos temos defendido, neste espaço, que a prioridade da atuação do Estado deveria ser a educação. Inúmeros estudos mostram que a educação básica, sobretudo a pré-escola, é o melhor caminho para se vencer a estrutural desigualdade de oportunidades, observada entre alunos das classes desfavorecidas e os das classes mais altas. É na primeira infância, quando as conexões cerebrais estão em formação, que a criança mais precisa ser bem alimentada e estimulada intelectualmente. Isso ocorre naturalmente no seio de uma família cujos pais têm recursos e frequentaram a universidade.

A criança pobre, geralmente filha de pais com pouca instrução, só começa a ter estímulo intelectual quando entra na escola. A tarefa da pré-escola é justamente antecipar o momento em que a criança poderá desenvolver aceleradamente suas habilidades cognitivas. É necessário atuar na raiz do problema.

Obviamente, tudo mais constante, melhor gastar em educação que nos privilégios do Judiciário, mimos para militares ou em transferências para ricos, mas é preciso que a prioridade à educação seja suportada em uma base fiscal sustentável. Em um país que envelhece rapidamente, o Estado precisará cada vez mais de médicos geriatras e menos de professores do ensino básico. Os recursos são finitos.

Existem diversas evidências de que mais gastos em educação não necessariamente implicam melhor desempenho escolar. Artigo de Joana Monteiro, publicado na Revista Brasileira de Economia em 2015, mostra que municípios que aumentaram as despesas com educação, devido a maiores royalties de petróleo, não tiveram melhoria na performance de seus alunos, quando comparados a municípios vizinhos que mantiveram as despesas constantes.

Artigo de Amaral e Menezes, publicado em 2009 nos Anais da Anpec, vai na mesma direção e o economista Erick Hanushek, um especialista em estudos sobre educação, publicou na American Economic Review em 2000 artigo com D. Kimko onde estima-se que os gastos diretos nas escolas não estão relacionados às

diferenças de desempenho dos alunos em comparações internacionais. O mesmo artigo de Monteiro constatou que o único efeito significativo dos maiores gastos em educação foi a elevação da remuneração de professores. A evidência internacional - veja Ree, Muralidharan, Pradhan e Rogers NBER 2015, para o caso da Indonésia - mostra que aumentos incondicionais de salários de professores, pelo menos no curto prazo, têm pouco impacto sobre o desempenho dos alunos.

Evidentemente, partindo-se de um patamar baixo de gastos, sua expansão gera efeitos positivos, como parece ter sido o caso do Fundef, quando de seu início. Afinal, maiores salários atraem professores mais qualificados, o que impacta positivamente o aprendizado. Mas para que eles efetivamente se empenhem na dura tarefa do ensino, é preciso condicionar a remuneração de professores à melhoria do desempenho dos alunos.

O Fundeb é um programa fundamental para redução das diferenças educacionais brasileiras, principalmente as regionais. Com ele a desigualdade de financiamento entre escolas de municípios pobres e ricos cai de 10.000% para 560%. Sem ele o sistema educacional de grande parte de nossas cidades pararia. Mas a melhoria da educação no Brasil vai muito além do simples aumento da remuneração de professores. Uma causa nobre como a educação, especialmente educação infantil, não deveria ser usada para ampliar distorções.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor do Centro FGV Crescimento e Desenvolvimento

Renato Fragelli Cardoso é professor da EPGE-FGV

Mais do Valor **Econômico**

Caixa anuncia antecipação de recursos do FGTS para opção do saque-aniversário

Expectativa é que aproximadamente 1 milhão de pessoas optem pela antecipação, que poderá atingir R\$ 5 bilhões, diz presidente do banco